



## O Papel do Estado em Tempos de Globalização – Uma Outra Abordagem Midiática<sup>1</sup>

Juliana Oshima Franco<sup>2</sup>

Universidade Estadual Paulista – Unesp

### Resumo

Este trabalho é um recorte sobre a pesquisa de Iniciação Científica “O *Le Monde Diplomatique* e a Globalização”, realizada entre 2003 e 2004, e irá analisar a abordagem que o jornal *on-line Le Monde Diplomatique* (Diplô) faz sobre o dilema do Estado-nacional dentro da chamada globalização econômica. A partir de levantamento bibliográfico sobre os rumos das soberanias nacionais diante de um cenário de convergência econômica, de mudança nos paradigmas de produção e de formação de novas fronteiras reais e virtuais, propõe-se estudar a proposta de Diplô na apresentação de temáticas e abordagens diferenciadas para o papel do Estado contemporâneo, em contrapartida aos conteúdos difundidos pelos meios de comunicação de massa, explicitamente comprometidos com a manutenção do discurso neoliberal.

### Palavras-chave

Jornalismo; Globalização; Estado-nação; *Le Monde Diplomatique*

### Introdução

Na academia parece ser consenso que o Estado-nação vem perdendo parte de sua soberania diante das atuais tendências econômicas e sociais da esfera mundial. São diversos os autores que discorrem sobre o assunto, assim como são muitas as opiniões sobre o possível destino das soberanias nacionais.

A chamada globalização econômica, impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico e científico da sociedade, vem alterando fronteiras geográficas e virtuais, mudando paradigmas de produção e distorcendo profundamente os parâmetros de velocidade nas relações sociais, sempre na prerrogativa que economizar tempo é sinônimo de lucro. O dilema do Estado nacional, perdido entre o assistencialismo social e a abertura econômica, é consequência direta da globalização capitalista, que influi decisivamente para a diminuição do aparelho estatal e aumento da participação da iniciativa privada na organização da sociedade.

Neste cenário, a atuação dos meios de comunicação não pode ser ignorada, visto o expressivo suporte que os meios massivos oferecem na manutenção dos valores neoliberais constantemente disseminados como os mais adequados à sociedade como um todo. A representação de um Estado enfraquecido na esfera pública abre

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Intercom Júnior, na sessão de Jornalismo e Editoração.

<sup>2</sup> Aluna de graduação do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, da Unesp de Bauru. Ex-bolsista do programa PIBIC/CNPq, com o projeto “O *Le Monde Diplomatique* e a Globalização”, sob orientação do Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente (Departamento de Ciências Humanas). E-mail: [jjuf franco@yahoo.com.br](mailto:jjuf franco@yahoo.com.br).



prerrogativas para as privatizações, para as reformas ditadas pelas instâncias mundiais, para o enfraquecimento dos movimentos sociais, para a ausência de investimentos públicos tão comuns à doutrina neoliberal. Para o pesquisador José Marques de Melo, a atuação do Estado é imprescindível na área das comunicações, pois sem o controle e democratização dos meios, pouco poderá ser feito para o desenvolvimento dos países periféricos. Vendo que a discussão sobre alternativas para o desenvolvimento dos países marginalizados tinha pouca repercussão social, Melo concluiu que

...o processo de comunicação se convergia em agente manipulador, predispondo os cidadãos dos países periféricos a se comportarem mimeticamente em relação aos padrões dos países industrializados e convencendo-os sutilmente de que o modelo transnacional de consumo e desenvolvimento representa uma contingência histórica. Alertavam os pesquisadores para o papel de agente de dominação cultural exercido pelos mass media, induzindo e conduzindo as populações periféricas a aceitarem valores políticos, econômicos e culturais da estrutura transnacional de poder.<sup>3</sup>

### **Estado nacional em crise**

O Estado-nação é uma forma de organização da sociedade que existe desde o desmantelamento do feudalismo. Consolidado depois da Segunda Guerra Mundial, após a independência de inúmeros países e a disseminação do modelo republicano, assumiu variadas formas políticas para a administração dos territórios.

Uma dessas formas foi o assistencialismo social, que emergiu diante da necessidade de reconstrução pós-guerra e intensificou-se após a quebra da Bolsa de Nova York em 1929. A “Grande Depressão” estimulou a formulação do New Deal americano, a partir do qual foi aprofundado “o papel do governo federal como regulador, empresário-produtor e provedor de empregos, bens e serviços”<sup>4</sup>. O surgimento do modelo do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), nos EUA, entendia a formulação de diversas políticas para o gasto dos recursos públicos, de forma a sustentar as atividades produtivas garantindo empregos e crescimento econômico. Isso alterava significativamente a participação do Estado no processo de produção e acumulação capitalista: se durante os séculos XIX e XX a intervenção estatal correspondia a no máximo 5% do PIB dos países, essa proporção não parou de crescer após 1930, chegando a quase 50% em alguns deles<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> MELO, José Marques de. Comunicação na América Latina: a conjuntura pós-desenvolvimentista. IN: MELO, J.M. de. **Comunicação na América Latina: desenvolvimento e crise**. Campinas, SP: Papirus, 1989. p.17.

<sup>4</sup> FERREIRA, 1997, p.47.

<sup>5</sup> STIGLITZ, 2002.



A crise econômica do petróleo e seu desenrolar, na década de 70, abalou o Estado de Bem-Estar Social e colocou o mundo em profunda recessão: novos modelos econômicos estavam sendo aceitos. Não se pode ignorar que o modelo intervencionista acumulou enormes déficits durante a sua existência, seja pela má administração pública ou pelo alto índice de corrupção dentro de suas instituições. Isso se tornou argumento bastante forte para os neoliberais defenderem suas inúmeras reformas – que dizem respeito, em suma, à liberalização do mercado de capitais e à diminuição do poder, tanto político quanto econômico, do Estado. Os neoliberais acusam o Estado de um extremo assistencialismo, principalmente no que diz respeito ao movimento operário, que pressiona o governo para aumentar os gastos sociais e conseguiu, durante sua atuação, inúmeras “regalias” nada lucrativas para o empresariado. O remédio seria claro:

...manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo.<sup>6</sup>

O que parece determinar a crise do Estado-nação, tão somente, não é a apologia massiva ao seu fim, e sim uma nova realidade global que vem sendo formulada e suas implicações. O desenvolvimento tecnológico e científico da humanidade, com o aprimoramento dos sistemas de comunicação e transporte, propiciou a crescente inter-relação entre as nações. Contamos atualmente com sistemas mundialmente unificados de telefonia, computadores, estradas, linhas aéreas, um sistema bancário virtualizado que possibilita o comércio internacional, o surgimento de conglomerados econômicos transnacionais – tudo isso contribuindo para a formulação de novas fronteiras, novas realidades e novas necessidades, globais e não mais nacionais.

Nesse sentido, não seria mais necessária a regulamentação da economia no âmbito nacional, já que as transações fogem às fronteiras nacionais. A este propósito servem as organizações chamadas multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) ou o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), este mais conhecido como Banco Mundial. Ele e o FMI foram fundados após a Segunda Grande Guerra com o objetivo inicial de reconstruir a Europa e promover a estabilidade econômica global, papel que foi

---

<sup>6</sup> ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. IN: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.11.



ampliado para o combate à pobreza, posteriormente. A OMC foi criada após a Guerra Fria, em 1994, com o objetivo de regulamentar a economia mundial já bastante caótica. As três instituições, no entanto, são as que aparentemente mais colaboram com os abalos à soberania nacional de diversos países, pois impõem regras e políticas econômicas que vão de encontro aos interesses nacionais – o que não se aplica às nações que subsidiam essas instituições, como Estados Unidos ou Inglaterra, visivelmente inclinadas à criação de barreiras alfandegárias e outros exemplos de protecionismo.

Cabe reconhecer, no entanto, que a soberania do Estado-nação não está sendo simplesmente limitada, mas abalada pela base. Quando se leva às últimas conseqüências “o princípio da maximização da acumulação do capital”, isso se traduz em desenvolvimento intensivo e extensivo das forças produtivas e das relações de produção, em escala mundial. Desenvolvem-se relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica em âmbito global, atravessando territórios e fronteiras, nações e nacionalidades. Tanto é assim que as organizações multilaterais passam a exercer funções de estruturas mundiais de poder, ao lado das estruturas mundiais de poder constituídas pelas corporações transnacionais.<sup>7</sup>

Fica explícito que existem duas correntes de pensamento no que concerne o intervencionismo estatal. Uma, defende-o veementemente, acreditando que o Estado deve se responsabilizar pelo suporte e defesa das populações que vivem dentro das suas fronteiras, tentando sempre tomar medidas de acordo com suas necessidades locais, levando em conta interesses econômicos, sociais e culturais. Esta corrente acredita que o interesse econômico nem sempre equivale às necessidades das pessoas, o que implica resguardar relações sociais e vínculos históricos e culturais, evitando que a lógica do lucro prevaleça nas categorias da organização social. Também de acordo com esse pensamento, ainda que o Estado esteja sendo virtualmente reduzido, é ilusão acreditar em seu fim, pois ele ainda é o ator principal nas relações internacionais.

Mas, ao contrário do que sugerem as aparências, cada um dos progressos na direção da integração dos mercados é fruto de uma decisão política dos Estados. Foi assim com a desregulamentação dos mercados financeiros, na década passada, sob o influxo das políticas liberais de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Foi assim com a ampliação da União Européia e a queda das barreiras nas fronteiras dos países membros. Os Estados fazem a globalização – e podem desfazê-la.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p.40.

<sup>8</sup> MAGNOLI, D.; ARBEX JÚNIOR, J.; OLIC, N.B. **Panorama do Mundo 3**. São Paulo: Scipione, 1997. (Série Ponto de Apoio). p.10.



A outra corrente, prega que o Estado tornou-se uma “máquina de concessões desnecessárias”, que não consegue promover a estabilidade de seu território, que não atende às demandas econômicas locais e mundiais, e que dá provas de grande ineficiência e corrupção, o que justificaria a sua minimização. Assim, parte-se do pressuposto que a economia de mercado tende a ser virtuosa no desenvolvimento da humanidade e na promoção da estabilidade, ainda que o custo social seja grande “inicialmente”. Para essa corrente, quanto menos o Estado intervir na economia, melhor será para o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, do mundo, pois as tendências atuais seriam de uma saudável e crescente inter-relação entre as nações. Estão de acordo com essas diretrizes as regras que o FMI impõe aos países aos quais oferece suporte financeiro; os esforços das corporações e empresas multinacionais para abertura de novos mercados; e a atuação das potências econômicas mundiais, que resguardam suas soberanias, mas não agem da mesma forma com os demais países.

### **Uma Outra Abordagem Midiática**

O jornal *Le Monde Diplomatique* é fruto de uma sociedade anônima que tem como acionistas tanto o diário francês *Le Monde* e a equipe de *Diplô*, quanto a associação *Les Amis du Le Monde Diplomatique*, representada por cerca de 10 mil leitores - fator que lhe permite independência dos grandes conglomerados comunicacionais. Além disso, o periódico não faz uso de imagens, expressando sua posição contrária ao sensacionalismo na mídia de massa e reforçando a sua opção por textos analíticos e interpretativos. Por questões práticas, foram analisadas, durante a pesquisa, apenas as matérias publicadas no ano de 2002.

Através da leitura do jornal *Le Monde Diplomatique* (*Diplô*), podemos enquadrá-lo na primeira corrente citada no tópico anterior, a que defende a soberania nacional. Através da denúncia de assaltos às soberanias nacionais, o jornal não concorda com a desestatização da economia, pois enxerga nisso um prejuízo social muito grande, pela crescente perda de direitos adquiridos durante o processo de abertura e liberalização econômica. Diversos dos fatos discutidos por *Diplô* são diretamente relacionados pelos autores à ausência do Estado e à sua submissão às instituições multilaterais. Segundo o jornal,



...foi esquecida a contribuição trazida pelo Estado de bem-estar social (*New Deal*) e apenas se retiveram seus custos (impostos); os tributos fiscais e a inflação foram progressivamente entendidos por certas categorias sociais como o preço a pagar por políticas que não mais os favoreciam.<sup>9</sup>

Para Diplô, uma das alternativas para a reversão deste discurso privatista está na comunicação: através de suas matérias fica visível a intenção do periódico de trazer para a esfera pública uma nova abordagem sobre os acontecimentos geopolíticos mundiais, mostrando outro lado nas negociações entre as instituições multilaterais e os países em desenvolvimento. Para que isso seja precisamente conseguido, o *Le Monde Diplomatique* conta com a colaboração de especialistas sobre os assuntos que trata, tentando buscar no meio acadêmico, nos pesquisadores e pensadores mundialmente reconhecidos, uma interpretação mais profunda e contextualizada sobre os fatos, principalmente no que diz respeito à geopolítica mundial.

A exemplo disso, numa matéria sobre o ensino universitário na África, o filósofo africano Aghali Abdelkader credita à crise do Estado nacional a responsabilidade pela desestruturação de todo o sistema educacional do continente, já que todos os investimentos que eram feitos nesta área pelos governos foram sistematicamente podados em prol das medidas sugeridas pelas instituições internacionais:

Também os rumos da universidade estão estreitamente dependentes dos do Estado. Ora, a crise deste último – crise de autoridade, de legitimidade e de identidade – se traduziu, nesses dez anos, por um não comprometimento, sobretudo financeiro, com as universidades.<sup>10</sup>

Segundo Abdelkader, após a “onda neoliberalista” do início da década de 90, pôde-se observar um intenso decréscimo na qualidade do ensino universitário africano, fator pelo qual se proliferaram as greves estudantis. Além disso, a falta de investimentos estatais estaria deixando a estrutura física das universidades em grande estado de degradação, com professores recebendo salários ínfimos que os obrigariam a ter outros empregos, e a idade média dos alunos aumentando pela freqüente perda de anos escolares. Esse cenário pouco difere do que pode ser visto no ensino público brasileiro, e percebe-se que há pouquíssimo espaço na mídia massiva para a discussão sobre a mercantilização e a privatização da educação.

---

<sup>9</sup>HALIMI, Serge. Pensando o impensável. *Le Monde Diplomatique*, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/aberto/0201/indice.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2005.

<sup>10</sup> ABDELKADER, Aghali. O abandono da universidade. *Le Monde Diplomatique*, mar. 2002. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/aberto/0203/indice.htm>>. Acesso em 06 jul. 2005.



Num outro artigo, Anne-Cécile Robert fala sobre a crise do voto e da representação democrática. Segundo a escritora, está instaurada uma crise política generalizada, em que a sociedade perde o interesse pela democracia justamente em consequência da descridibilidade do Estado-nação submetido às exigências externas. A população estaria reagindo às mudanças no panorama mundial, não de forma ativa, mas sim entendendo que as coisas estão demais consolidadas e que de nada adianta participar ou votar. A inanição das soberanias nacionais acabaria por enfraquecer movimentos e grupos sociais, já demais abalados pela falta de acesso às benesses da aplaudida globalização capitalista.

O reconhecimento dos limites do poder público antecipa a violência que esses limites exercem sobre um corpo social enfraquecido. Na realidade, quem poderia deixar de constatar que as exigências, o “contexto cada vez mais globalizado e europeizado”, sobrecarregam constantemente as mesmas categorias sociais, e que o “fardo”, como enfatizava John Kenneth Galbraith, não é senão “o que atende aos interesses de cidadãos que não fazem parte da maioria satisfeita; o que – verdade incontornável – serve para os pobres”?<sup>11</sup>

Em janeiro de 2002, Annie Chéneau-Loquay fala sobre o sistema de comunicações africano, que mesmo sendo rudimentar e restrito, não estaria conseguindo escapar das “reviravoltas das comunicações”. Apesar da África possuir um índice muito baixo de acesso às telecomunicações, as grandes corporações estariam ávidas por tomar este mercado supostamente emergente o quanto antes, o que, segundo a pesquisadora, estaria abalando as soberanias nacionais na medida que não respeita as características locais e regionais, prezando pela implementação de um sistema tecnológico padronizado que rapidamente lhe proporcione lucro.

A passagem progressiva para uma governança internacional – que incentiva o controle das multinacionais sobre as infra-estruturas e os serviços dos países mais rentáveis –, o questionamento dos acordos internacionais e a relativa ‘desmaterialização’ das novas tecnologias privam os Estados das suas prerrogativas de gestão de território.<sup>12</sup>

São muitos os artigos de Diplô que, como esse, acabam remetendo à crise do Estado nacional, tratando de suas inúmeras consequências, como a privatização e

---

<sup>11</sup> ROBERT, Anne-Cécile. Viva a crise política! **Le Monde Diplomatique**, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/aberto/0206/indice.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2005.

<sup>12</sup> CHÉNEAU-LOQUAY, Annie. Grandes manobras das Teles. **Le Monde Diplomatique**, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/aberto/0201/indice.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2005.





desestatização. Ainda que defenda a soberania nacional, podemos constatar que o periódico não deixa de criticar governos que considera corruptos ou ineficientes – as mesmas críticas ao Estado que fazem os “defensores da liberalização”, podem ser lidas em *Diplô*, ainda que de maneira diferente e menos constante.

Num artigo de março de 2002, por exemplo, o jornal sai em defesa dos funcionários públicos, que estavam sendo acusados pela grande mídia de serem os maiores favorecidos do sistema estatal: salários melhores, regalias, greves pagas, etc. Segundo o autor e sociólogo Pierre Bitoun, o que a grande mídia estaria chamando de regalias seriam as “conquistas sociais mais preciosas” do trabalhador. E afirma que essa propaganda extensiva sobre a ineficiência e o levianismo do funcionalismo público é mais uma jogada neoliberal para articular a opinião pública contra a soberania do Estado, isso diante de dados que constatarem que as condições de trabalho pioraram, o volume de trabalho aumentou e os investimentos com a folha de pagamento só diminuiram nos últimos anos.

Utilizando-se de todo tipo de artifícios (apresentação tendenciosa de dados estatísticos, generalizações, simplismos, mentiras), trata-se de fazer dos funcionários públicos verdadeiros bodes expiatórios a serviço das metas neoliberais: redução dos orçamentos públicos, privatizações, instabilidade do emprego, questionamento das aposentadorias etc. Essenciais à instalação da sociedade de mercado, as principais funções dessa lavagem cerebral devem ser descritas tanto do ponto de vista dos mecanismos de condicionamento da opinião pública, quanto do ponto de vista de seus efeitos reais sobre o Estado, sobre as políticas públicas e o movimento social.<sup>13</sup>

O autor ainda inverte o discurso dos *mass media*, mostrando quem são os beneficiários da desestatização – os “verdadeiros marajás”, segundo ele – publicando uma lista com os 50 nomes franceses que mais acumulam funções e cargos administrativos (e com eles, dinheiro), pessoas que a imprensa nunca indagou sobre regalias ou concessões. Assim, *Le Monde Diplomatique* não defende a institucionalização do Estado de forma incondicional, mas através de dados que são cotidianamente omitidos pela “grande imprensa”. Luta por uma exposição mais profunda dos fatos, relacionando-os a outros contextos e possíveis interpretações, defendendo os direitos humanos e trabalhistas.

---

<sup>13</sup> BITOUN, Pierre. Os verdadeiros marajás. *Le Monde Diplomatique*, mar. 2002. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/aberto/0203/indice.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2005.





Através de várias matérias sobre a ineficiência das privatizações e a interferência negativa da tríade FMI-OMC-BIRD, podemos perceber que a defesa à soberania nacional decorre de uma política que toma como pressuposto que o Estado deve proteger seus interesses e permitir que sua população se beneficie de sua atuação na política e economia mundiais. E em setembro de 2002, por exemplo, o jornal denuncia a desigualdade comercial na liberalização do mercado indiano: os pequenos produtores tinham agora um custo de produção maior que o preço pago no mercado, o que tornava a atividade agrícola insustentável, levando "à ruína uma economia de subsistência e um sistema de segurança alimentar que permitiu, até o presente, a sobrevivência de dezenas de milhões de pequenos camponeses e operários agrícolas" <sup>14</sup>. E completa o jornalista:

Muita gente tem, pois, a impressão de ter se deixado levar por um sistema de dois pesos e duas medidas que reforça a desigualdade comercial entre as nações, em vez de corrigi-la. Existe, do lado dos países pobres, uma redução de subsídios por vezes vitais e, do lado dos países ricos, um aumento que lhes permite entrar em mercados via processo de liberalização. E, muitas vezes, até destruir a atividade comercial nos lugares em que se impõem com a bênção da OMC.<sup>15</sup>

Diplô acredita que a globalização neoliberal só vem deteriorando ainda mais as condições de vida de populações já abastadas do processo de desenvolvimento econômico, causando uma maior concentração de renda. Nesse sentido, a soberania do Estado seria uma força imprescindível para a luta contra as tendências neoliberalistas.

## Conclusões

Com relação à crise do Estado nacional, Diplô certamente diagnostica que tal fato se insere dentro do contexto da implementação e manutenção do modelo neoliberal. Para os seus diversos articulistas, muitos dos problemas do mundo contemporâneo podem ser justificados pela ausência do Estado em diversos setores que a iniciativa privada não conseguiu, ou não teve interesse em suprir. Quando o Estado perde a soberania de seu território e os seus interesses acabam subalternos aos interesses internacionais, diversos mecanismos criados para garantir a subsistência de suas populações são ignorados pela iniciativa privada, tidos como irrelevantes dentro da concepção neoliberal. Diante do tratamento que periódico deu a questões como os subsídios alimentares na Índia ou o declínio do ensino universitário na África, as

---

<sup>14</sup> PARINGAUX, Roland-Pierre. Golpe contra a segurança alimentar indiana. **Le Monde Diplomatique**, set. 2002. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/aberto/0209/indice.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2005.

<sup>15</sup> PARINGAUX, Op. Cit.



privatizações entre outros temas, percebemos que o jornal defende a autonomia dos Estados nacionais, pois crê que somente através dela é possível atender aos interesses de seus habitantes, sem que a lógica do lucro prevaleça sobre o bem-estar social. Desta forma, *Diplô* denuncia os casos que considera desrespeitos sumários aos direitos humanos, concordando que a lógica neoliberal não é compatível com a sustentação desses valores. Seus articulistas usam como argumento contrário à privatização o mau funcionamento de empresas privatizadas, além da grande quantidade de benefícios trabalhistas que foram perdidos neste processo. Para *Le Monde Diplomatique* a privatização não representa um benefício para a sociedade, pois o capital não necessariamente atende às demandas sociais, e estando voltado ao lucro e ao seu próprio bom funcionamento representa grande perigo para regiões ou setores de pouco retorno financeiro, que acabam ignoradas.

As análises feitas durante a pesquisa permitiram verificar qual a postura de *Diplô* em relação ao cenário de globalização econômica atual, ainda que haja controvérsias sobre as conseqüências e ramificações deste processo. Além do que revelam a justificativa do jornal e suas características<sup>16</sup>, as análises textuais de *Diplô* deixam claro que ele se posiciona de maneira totalmente contrária aos avanços do pensamento neoliberalista nas suas mais diversas transfigurações. A sua veemente recriminação aos avanços do capital e à hegemonia da ideologia neoliberalista deixam transparecer o discurso anti-globalização: podemos perceber que *Diplô* se manifesta contrário à formação de monopólios; às negociações no processo de desestatização; às imposições da tríade FMI-BIRD-OMC em supressão ao aparelho Estatal; ao abandono do investimento social; à manipulação das massas pela disseminação da ideologia neoliberal através dos meios de comunicação; à especulação financeira; ao desrespeito aos direitos humanos; à liberalização econômica desenfreada e à mercantilização dos valores étnico-culturais.

Assim, temos subsídios para defender que os leitores de *Diplô* têm as informações necessárias para entender, de forma mais profunda e articulada às discussões acadêmicas, o panorama geopolítico mundial atual, através da exposição minuciosa que seus articulistas especializados fazem dos fatos, alertando sempre para as possíveis manipulações de que o leitor possa estar sendo vítima. Seus textos oferecem o

---

<sup>16</sup> LE MONDE DIPLOMATIQUE. Pensamento e Alternativas. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br>>. Acesso em 30 jul. 2005.



embasamento e a articulação necessários para a reflexão do leitor sem a possível influência do pensamento ocidental, o que difere do padrão usual dos meios de comunicação de massa.

Ainda que a leitura de *Diplô* exija acesso à Internet e pagamento de anuidade simbólica, ainda que seus conteúdos sejam densos e a linguagem por vezes especializada, o jornal parece ter êxito na medida em que se acredita que a classe média intelectualizada seja seu principal público-alvo. Além dela, ONGs, igrejas, meios de comunicação, escolas e universidades são tidas como alvos, o que não exclui demais interessados.

A partir das evidências apresentadas pudemos atestar que *Le Monde Diplomatique* apresenta uma alternativa consistente de informação dentro do rol de produções jornalísticas atuais. A relevância de *Diplô* se encontra numa apresentação diferenciada dos fatos, que contribui para o esclarecimento e a formação crítica de seus leitores. O periódico se destaca por caminhar contra a hegemonia da racionalidade ocidental neoliberal, por ser expoente de um jornalismo crítico, interpretativo, e alheio às tendências massificantes e monopolizantes dos meios de comunicação na atualidade.

### Referências bibliográficas

- AMARAL FILHO, M.J.T. do. **Privatização no Estado Contemporâneo**. São Paulo: Ícone, 1996.
- BATISTA JR., Paulo N. **O círculo de giz da globalização**. Novos Estudos, nº49. São Paulo: CEBRAP, 1979.
- CONSTANTINO, Rodrigo. A liberdade individual e o capitalismo. **Mídia sem máscara**, São Paulo, fev. 2004. Disponível em: <<http://www.midiasemmascara.com.br/artigo.php?sid=1418>>. Acesso em 19 ago. 2005.
- DANTAS, Marcos. A lógica do capital-informação. **Revista Comunicação e Política**. NS. V.III, Cebela, 1996. p.34-57
- DIZARD, JR. W. **A nova mídia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FERREIRA, Edson Alberto Carvalho. **Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Núcleo, 1997.
- FUNCEP. **Os limites da Intervenção do Estado**. Estatização ou Privatização: Seminário Internacional. Brasília: FUNCEP (Fundação Centro de Formação do Servidor Público), 1987. (O evento se deu em São Paulo, na Fundação para o Desenvolvimento da Administração Pública, entre 05 e 07 de agosto de 1987).
- HELD, D. e McGREW, A. **Prós e contras da globalização**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (Título Original: An introduction to the globalization debate)



IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. Edições Anteriores. Artigos do ano de 2002. Disponíveis em: <<http://www.diplo.com.br>>. Acesso em 2004/2005.

LIMA, V. & MOTTER, P. Novas tecnologias de comunicações, neoliberalismo e democracia. **Revista Comunicação e Política**. NS. V.III, Cebela, 1996. p.12-19

MELO, José Marques de. (Org) **Comunicação na América Latina: desenvolvimento e crise**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

MAGNOLI, D; ARBEX JÚNIOR, J.; OLIC, N.B. **Panorama do Mundo 3**. São Paulo: Scipione, 1997. (Série Ponto de Apoio).

SADER, Emir. Et al. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. (Organizadores: Emir Sader e Pablo Gentili). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SINGER, Paul I. Globalização positiva e globalização negativa: a diferença é o Estado. **Novos Estudos**, n.º 48. São Paulo: CEBRAP, 1997

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**. A promessa não cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002.